



AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AMS-CMS/Conselho Municipal de Saúde



ATA DA 352ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, às treze horas e trinta minutos, no auditório do Hospital da Zona Sul, após a constatação do quórum mínimo necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde de Londrina para sua 352ª reunião ordinária, tendo como pauta: 1. Aprovação da Pauta da 352ª Reunião Ordinária do CMS; 2. Aprovação da Ata 350ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; 3. Aprovação do Plano Provigia-Resolução SESA 1519/2023- Claudia Haggi; 4. Apresentação da Comissão de Educação Permanente - Joelma de Aparecida de Carvalho; 5. Relato da Comissão de Ética - Joelma Aparecida de Carvalho; 6. Apresentação da Comissão de Vigilância em Saúde; 7. Apresentação sobre Mortalidade Infantil - Michele; 8. Intervalo Coffee Break; 9. Apresentação Saúde Mental - Claudia Denise Garcia; 10. Apresentação da Valorização dos profissionais (ESF)- José Giuliangeli de Castro; 11. Análise e Parecer do Projeto de Lei nº 170/2023-CML; 12. Relato do Srº Gildo - Comuniaids; 13. Informes. A presidente **Rosilene Machado (SMS)** abre a reunião colocando a pauta do dia em discussão. A diretora **Evilin Gorcks (SMS/DPGS)** solicita a inclusão de ponto de pauta "Apresentação e Aprovação de Destinação de Saldo de Recursos para Compra de Equipamentos". **Rosilene Machado (SMS)** questiona se há prazo e se isso pode esperar devido a pauta já estar cheia. **Evilin** responde que a SESA não definiu um prazo, mas como acabaram de prestar contas, seria interessante não deixar virar o exercício e correr o risco de ter de devolver o recurso de 33 mil reais. **O CMS aprova a inclusão de pauta solicitada.** O conselheiro **Edvaldo Viana** se absteve na votação. **Não havendo mais apontamentos a pauta é aprovada pelo CMS. Dando continuidade aos trabalhos, o conselho passa a discutir a ata da 350ª reunião ordinária do CMS. Não havendo apontamentos, o conselho aprova a ata da 350ª Reunião Ordinária.** Os conselheiros Vaine e Lincoln se abstiveram na votação. **Seguindo com os trabalhos, o conselho passa a discutir a pauta "Aprovação do Plano Provigia-Resolução SESA 1519/2023".** **Claudia Haggi (SMS/DVS)** inicia a seguinte apresentação: **Plano Provigia.** O conselheiro **Lincoln Ramos (Sindprevs)** diz que tem uma preocupação quanto a utilização do recurso, no primeiro slide mostra resoluções desde o ano de 2019, então fica o questionamento quanto a demora da utilização deste recurso e o risco de se perder o mesmo por conta disso, logo, gostaria de saber se a SMS está se atendo a estes pequenos detalhes. Outro questionamento é sobre a compra de apenas 1 aparelho GPS, pois parece pouco pensando que existem 4 vigilâncias.

Claudia Haggi (SMS/DVS) responde que fora o recurso da resolução 1519 , os demais estão em andamento e já foi aberto processo de compra pela nova lei de licitações e todos estão em andamento, claro que compra pública não é algo rápido, mas os processos estão caminhando e isso tem sido acompanhado diariamente pela DVS. Em relação ao aparelho de GPS, toda programação de como utilizar o recurso é discutida entre as gerências e coordenações e feito o levantamento das demandas necessárias, então foi definido que 1 GPS no momento é suficiente para a demanda, talvez porque muitas pessoas utilizam seus celulares como GPS. O conselheiro **José Giuliangeli (CREFITO)** questiona sobre os repelentes, protetor solar e outros equipamentos de proteção facial dos agentes de endemias, pois eles andam muito no campo e não tem sombrinha para proteção, mas não viu nenhum item deste tipo na apresentação, além também da questão dos calçados, pois a maioria de agentes são mulheres e aquelas botas que são compradas destroem os pés e joelhos delas, então queria saber como funciona esta questão. **Claudia Haggi (SMS/DVS)** responde que em relação aos itens de EPI, alguns estão inclusos neste programa de aplicação e outros não, a bota, por exemplo, tramita em outro recurso da saúde e passou por aprovação recente em relação ao conforto, segurança e demais itens sinalizados pelo conselheiro, inclusive foi um item que foi reprovado justamente por não atender essas necessidades. Dentro do plano de aplicação está , por exemplo, a vestimenta com proteção para agrotóxico, então quando é feito o levantamento dessa necessidade ela é colocada na programação do ano. Em relação ao repelente e protetor solar, eles tramitam em uma compra geral da PML. No tocante a sombrinha e chapéu, está na programação desta resolução 1519 a compra do item “chapéu australiano com protetor de orelha e pescoço com proteção UVA/UVB”, sendo o item recomendado para proteção das pessoas que vão a campo. A conselheira **Sônia Silva (UGT)** questiona que na alteração de valores da apresentação não constam os valores anteriores para comparação. **Claudia Haggi (SMS/DVS)** responde que as atualizações são para valores maiores, pois o recurso que havia não era mais suficiente para comprar aquela quantidade. A conselheira **Rosalina Batista (Assempa)** pergunta se estas resoluções contemplam a produção de materiais educacionais para combate à dengue ou violência contra a mulher. A presidente Rosilene Machado (SMS) destaca que a Comissão de Vigilância em Saúde poderia fazer este trabalho de acompanhar a utilização destes recursos, a execução do VigiaSUS, como estão as compras, como funciona a seleção dos EPI 's, calendário de compras. **Claudia Haggi (SMS/DVS)** esclarece que no item “Computador intermediário profissional com office”, o valor que havia era R\$29.236,00 e ele foi atualizado para R\$29.572,39. O item “Freezer horizontal 420 l “ tinha o valor de R\$10.400,00 e foi atualizado para R\$12.800,00. O item “Freezer horizontal 200 l “ tinha o valor de R\$3.000,00 e foi atualizado para R\$4.000,00. O item “Arquivo 4 gavetas aço pastas suspensas” tinha o valor de R\$2.795,00 e foi atualizado para R\$3.900,00. O item “Ar-Condicionado 36.000 btus Frio tipo Split Hi-Wall” tinha o valor de R\$45.000,00 e ele foi atualizado para R\$60.000,00. A presidente **Rosilene Machado (SMS)** esclarece que estes valores são para se fazer o plano de aplicação, porém, estes itens vão para licitação e espera-se que os valores sejam menores. **Claudia Haggi (SMS/DVS)** lembra que os valores que não forem gastos nos itens voltam para a programação. **Não havendo mais questionamentos, o conselho aprova o ajuste do Plano Provigia e a aplicação de recurso referente a Resolução SESA 1519/2023. Dando sequência aos trabalhos, o CMS passa a discutir o ponto de pauta “Apresentação da Comissão de Educação Permanente”.** **Joelma de Aparecida de Carvalho (17ª RS)** - coordenadora da Comissão de Educação Permanente-, faz uso da palavra e inicia dizendo que a comissão fez uma avaliação dos 3 módulos da capacitação para conselheiros e chegou à conclusão de que o trabalho realizado foi muito bom e para 2024 a ideia é trabalhar um planejamento

do CMS, assim como a SMS tem seu planejamento em cima dos instrumentos de planejamento, o CMS precisa ter o seu próprio planejamento. Joelma prossegue e diz que a comissão vai ter uma reunião no dia 20/12 e vai preparar um calendário para em 2024 realizar esta oficina de planejamento do CMS. Outro ponto é que foi encaminhado para a comissão a questão dos meios de comunicação do CMS, pois não dá para viver sem eles hoje em dia, no entanto, é preciso ter cuidado com postagens e o que se compartilha em redes sociais, principalmente assuntos que interferem no coletivo, em tomada de decisões, então não se pode colocar qualquer tipo de coisa, sob pena de ter de responder por isso, e aí foi encaminhado isso para que a comissão fizesse esta discussão, então a sugestão é que seja feita uma apresentação e discussão no conselho da LGPD, pois os conselheiros também são servidores e tem responsabilidades e deveres em sua função, isso tudo até para segurança dos próprios conselheiros. A presidente **Rosilene Machado (SMS)** diz que o conselho precisa então deliberar sobre a proposta para que a Comissão de Educação Permanente fique responsável pelo planejamento do CMS para 2024. A conselheira **Rosalina Batista (Assempa)** diz que a comissão avaliou também que é necessário trabalhar também um seminário de comunicação em saúde, assim como foi feito no CES o planejamento e reorganização do conselho estadual, tudo isso faz parte da comunicação e fortalecimento do controle social, por isso questionou sobre recurso para elaboração de materiais informativos sobre o papel do conselho, quais são as ações de saúde existentes no município, talvez formar um boletim eletrônico ou impresso, mas que a comissão tenha autonomia para trabalhar junto com a executiva e ter esse material de comunicação em saúde. O conselheiro **Edvaldo Viana (Conleste)** propõe que até que seja feita o curso supracitado sobre o que pode ou não ser postado nos grupos de WhatsApp, apenas administradores do grupo fiquem autorizados a colocar postagens no grupo do CMS, pois ontem, por exemplo, achou que o secretário ia perder a paciência com um conselheiro usuário, sendo que muitas coisas eram infundadas, então para proteção do próprio conselheiro, que até a capacitação apenas administradores possam fazer as postagens de conteúdo, além disso, quando houver denúncia que se encaminhe a mesma para a comissão pertinente. O conselheiro **José Giuliangeli (Crefito)** propõe que em 2024 o CMS seja devidamente colocado à disposição da população, de maneira que todas as reuniões do CMS sejam transmitidas pela internet, essa é uma ferramenta importantíssima de transparência, então que seja preparado o equipamento para que em 2024 as reuniões passem a ser transmitidas em tempo real para que a população conheça o que é discutido dentro do CMS, inclusive seu encaminhamento poderia se tornar uma resolução e que a SMS já providencie os equipamentos adequados para que estas transmissões sejam feitas, o Anderson tendo estes equipamentos vai poder utilizar até em reuniões de comissões online ou híbridas. O conselheiro **Lincoln Ramos (Sindprevs)** questiona se o encaminhamento do Viana se refere ao grupo de WhatsApp geral do CMS ou a todos os grupos vinculados ao CMS, pois se a restrição proposta for feita em todos os grupos isso vai dar problema, então se for assim é contra. Lincoln diz que no tocante a proposta do Zezinho, uma coisa é buscar caminhos para ter os instrumentos para divulgar o pleno, mas há inúmeras comissões, se isto for também para as comissões vai se tornar impraticável, tem dias com 3 reuniões agendadas, inclusive no mesmo horário, então tudo isso tem de ficar claro para depois não ter problemas na hora de executar a proposta. O conselheiro **Edvaldo Viana (Conleste)** explica que sua proposta se restringe apenas ao grupo geral do CMS, pois está passando vergonha com os usuários colocando coisas sem ter informação. O conselheiro **José Giuliangeli (Crefito)** diz que começar com uma estrutura para transmitir reuniões do plenário já é um ótimo começo, se progredir para uma estrutura de transmissão das demais reuniões será ótimo também, mas que seja dado pelo menos o pontapé inicial com as reuniões do pleno, isso vai fortalecer as discussões e transparência do

CMS. A presidente **Rosilene Machado (SMS)** diz que já tinha se posicionado para que no grupo geral a Sandra e o Anderson sejam os administradores e qualquer conteúdo que os conselheiros queiram postar seja encaminhado primeiro para eles, para que aí eles façam a análise se o conteúdo deve ser repassado para alguma comissão, ou para a SMS ou colocado realmente no grupo geral. Outro ponto é que se os conselheiros se depararem com uma denúncia, devem pedir que seja feita pelo canal da Ouvidoria para que a gestão vá atrás e verifique as informações. Outra sugestão é que na reunião seguinte se traga todas as denúncias ou manifestações encaminhadas para o Anderson ou a Sandra e fazer os comentários de qual foi o encaminhamento, enfim, conversando com quem demandou e fazendo um resumo de satisfação e prestação de contas. O conselheiro **Adelson Junior (Hospital Vida)** diz que o conselho não é formado por pessoas sem conhecimento, então o grupo do CMS não pode ser cerceado por causa de pessoas que estão colocando coisas nele, a pessoa é que deve ser responsabilizada, já que cada um é responsável por seus atos, logo, é contra cercear o direito do grupo fazer postagens, existe um direito de liberdade de expressão, o que o fizer de modo errado que responda por isso, por isso sua proposta é para manter do jeito que está. A presidente **Rosilene Machado (SMS)** coloca em votação a proposta para que a Comissão de Educação Permanente fique responsável pela elaboração de planejamento do CMS para 2024 e traga a proposta ao plenário. **O CMS aprova a proposta.** A presidente **Rosilene Machado (SMS)** coloca em votação duas propostas sobre o grupo do CMS: proposta 1: que apenas os administradores estejam autorizados a fazer postagens no grupo geral do CMS até que seja feita uma capacitação sobre LGPD ao conselho; proposta 2: que seja mantido do jeito que está. **Com 17 votos favoráveis e 3 contrários, o conselho aprova a proposta 1 para que apenas os administradores estejam autorizados a fazer postagens no grupo geral do CMS até que seja feita uma capacitação sobre a LGPD ao conselho.** A presidente **Rosilene Machado (SMS)** explica que a capacitação deve ficar para fevereiro. A presidente **Rosilene Machado (SMS)** coloca em votação a proposta para criação de canal para transmissão das reuniões do CMS. Rosilene explica que se for aprovado provavelmente não será possível para a próxima reunião, pois é preciso pedir autorização para o N.COM que é o vínculo oficial de comunicação. **O CMS aprova a proposta. Dando sequência a pauta da reunião o CMS passa a discutir o item “Relato da Comissão de Ética”.** A conselheira **Joelma Aparecida Carvalho** inicia dizendo que o senhor Ângelo Barreiros é o coordenador da Comissão de Ética, a relatora que é a Cris hoje não pôde estar presente, então vai fazer a apresentação para os conselheiros. Joelma relata que a comissão recebeu uma denúncia de uma conselheira relatando algumas questões que ocorreram na eleição da mesa executiva, e, como na abertura do envelope que estava lacrado foi constatado que envolvia o coordenador da própria comissão de ética, ele então se retirou e foi feita a eleição entre os membros presentes e ficou como coordenadora dos trabalhos. Joelma diz que o senhor Ângelo está de atestado por cirurgia e faz a leitura do documento a respeito do assunto: *A COMISSÃO DE ÉTICA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. Att. Senhora JOELMA APARECIDA DE CARVALHO. A comissão de ética recebeu uma denúncia, enviando envelope lacrado para Secretaria do Conselho, quando da reunião mensal da Comissão de forma presencial o coordenador da Comissão ANGELO BARREIROS abriu o envelope deparou com a denúncia realizada pela conselheira LUCIANA TOSHIE SAMIGAWA, denúncia esta, em face de ANGELO BARREIROS, assim sendo na qualidade de coordenador da comissão, o mesmo declarou impedido de participar retirando-se da sala deixando que os demais membros conduzisse os trabalhos, o que foi feito elegendo a conselheira JOELMA APARECIDA DE CARVALHO como coordenadora AD HOC. Dos fatos da denuncia ressume ocorrido na reunião extraordinária para eleição da mesa diretoria do Conselho, reunião esta coordenado pela Comissão Eleitoral*

eleita em plenário, durante abertura dos trabalhos foi solicitado que fosse apresentados os nomes dos conselheiros eleitos em reunião dos sub-seguimentos, foi quando a conselheira ROSALINA BATISTA informa que houve problemas na escolha dos representantes de USUARIOS realizada em formato on-line cuja plataforma foi aberta pelo Conselho Municipal, conforme horário e data previamente agendado de divulgado no grupo WhatsApp USUÁRIOS, foi aberto a plataforma ON LINE dentro do horário estabelecido e foi concedido uma prorrogação de 30 minutos para que todos legassem na plataforma, estiveram presentes 17 conselheiros e foi eleito QUATRO nomes para compor a mesa do seguimento usuário, NOMES ESTES CONTESTADO PELA SRA, ROSALINA DIZENDO QUE ELA NÃO CONSEGUIU LOGAR NA PLANTAFORMA PARA PARTICIPAR DA REUNIÃO ON LINE, assim a COMISSÃO ELEITORAL acatou o pedido da conselheira ROSALINA e determinou 10 minutos para o seguimento reunir e chegar a um consenso, o que foi realizado com a PARTICIPAÇÃO DE 13 CONSELHEIROS SEGUIMENTO USUARIOS, foi quando eu ANGELO BARREIROS manifestei fazendo informe dizendo que se Reunião realizada ON LINE não fosse reconhecida e validada eu DECLINAVA da indicação, o mesmo foi feito pela Conselheira VAINÉ PIZOLOTTO, DECLINANDO da indicação, momento me dirigi a palavra para conselheiro Senhor LAURITO para conduzir os trabalhos, após alguns minutos e chegando ao final do tempo determinado pela Comissão eleitoral os mesmos não chegavam a um consenso faltando um nome para composição dos 4 nomes a ser indicado do seguimento USUARIOS, foi quando eu ANGELO BARREIROS dirigi a palavra para a conselheira SONIA OLIVEIRA conselheira suplente da entidade UGT NORTE no qual ocupo o cargo de Diretor de Assuntos Comunitários solicitei para que ELA se colocasse a disposição para completar os nomes do Seguimento USUÁRIOS, assim foi feito e acolhido pelos presentes. A COMISSÃO DE ÉTICA recebido a denúncia da Conselheira LUCIANA TOSHIE SAMIGAWA que alega que eu ANGELO BARREIROS tive um conduta desrespeitosa perante os Conselheiros (as) ali presente a comissão chegou aos VEREDITO que o Conselheiro ANGELO BARREIROS deverá fazer uma retratação pública para plenário do Conselho, o que agora FAÇO PEDINDO DESCULPAS se EU pronunciei palavras que magoasse, faltando com respeito a algum Conselheiro(a) presentes, em especial para Senhora LUCIANA TOSHIE SAMIGAWA a qual peço DESCULPAS. EM TEMPO faço esta retratação por escrito para ser lido no plenário do Conselho Municipal de Saúde de Londrina, motivo o Conselheiro ANGELO BARREIROS está se recuperando de uma cirurgia realizada e não recebeu ALTA encontra-se em repouso. SAUDAÇÕES a todos os presentes neste Pleno e MINHAS DESCULPAS. A conselheira **Luciana Toshie Samigawa (App Sindicato)** solicita que seja feita também a leitura da denúncia que apresentou à Comissão de Ética. A conselheira **Joelma Aparecida Carvalho** faz então a leitura do documento: *Ilustríssimo senhor presidente e demais membros da comissão de ética do conselho municipal de saúde de londrina (cmsl). Eu, Luciana Toshie Sumigawa, conselheira do Conselho Municipal de Saúde de Londrina/segmento de Usuários, portadora do RG Nº4.531.181-3, CPF nº814.766.049-91, residente na rua Astor Boer nº58- Jardim Colúmbia D - Londrina/PR, telefone/celular: (43)99123-9044, e-mail: arte.lucs@gmail.com, abaixo assinado, vem representar, DENÚNCIA contra o Ângelo Barreiros, conselheiro do Conselho Municipal de Saúde de Londrina/ segmento de Usuários, pelos fatos e fundamentos que caracterizam a conduta inadequada e desrespeitosa do exercício da função de conselheiro do CMSL, requer: A atenção sobre os fatos ocorridos na 348ª Reunião Extraordinária do CMS Londrina, realizada no dia 23/08/23, no auditório do H. Zona Sul, às 13H30, após a aprovação do Regulamento para a Eleição da Comissão Executiva do CMS-Gestão 2022-2023 e, durante o processo para a inscrição das chapas interessadas a concorrer no processo eleitoral, a conselheira Rosalina Batista informou que houve problemas na escolha dos representantes do segmento de usuários, pois, alguns conselheiros não conseguiram*

acessar/ entrar na reunião on-line por causa do aplicativo utilizado para a realização da mesma e lembrou do peso que o referido segmento tem no CMS Londrina e solicitou 10 minutos para segmento se reunir e definir os nomes a serem indicados. E assim, o conselheiro João Batista solicitou que os segmentos fizessem uma reunião rápida para definir os indicados para compor a chapa. Sendo assim, os conselheiros do segmento usuários se reuniram no fundo do auditório do H, Zona Sul. A conselheira Rosalina iniciou a fala reafirmando a dificuldade de alguns conselheiros, inclusive dela, para acessar/entrar na reunião on-line do segmento de usuários (18/07/23), por causa do aplicativo utilizado e divulgado 30 minutos antes do início da referida reunião e, portanto, não possibilitando um debate adequado e que contemplasse efetivamente a escolha/indicação dos representantes desse segmento na comissão executiva e pela importância do tema, a reunião deveria ser presencial e não on-line. Em seguida, pedi a fala e concordando com as argumentações da conselheira Rosalina, destaquei que eu não tivesse espaço suficiente na memória do meu celular, conexão de internet razoável e percebesse que o meu celular não tinha o aplicativo/plataforma divulgado para a reunião (tive que baixa-lo pela loja de aplicativo do celular Play Store) também teria dificuldades de participar da reunião. Também lembrei que o link da reunião foi divulgado 30 minutos antes do horário de início da mesma, ou seja, outras pessoas, provavelmente tiveram dificuldades para realizar essas ações, como o caso da Rosalina, que apresentou as dificuldades no grupo de whatsapp do segmento de usuários(o mesmo grupo que foi divulgado o link da reunião), sendo que houve pouca atenção para a resolução do problema apresentado pela conselheira Rosalina, não conseguindo participar dessa reunião on-line. Outras(os) conselheiras(os) se manifestaram solicitando mais objetividade na escolha/indicação dos nomes e comentaram/lembrou que os conselheiros: Vavá e Laurito haviam retirado os próprios nomes na indicação para a chapa. O conselheiro reafirmou a retirada do próprio nome e ponderou encaminhamento a proposta de votação para manter ou não a Ata da reunião on-line do segmento de usuários(18/07/23). Nesse momento, o conselheiro angelo (com tom agressivo na voz), contrariou a proposta afirmando que a Ata não poderia ser anulada e que os conselheiros que argumentaram que as dificuldades/impedimento de participarem da reunião on-line seria devido à plataforma utilizada. "SÃO IGNORANTES (repetindo essa fala desrespeitosa em outro momento), e continuou a fala afirmando: O CMS SEMPRE USOU ESSA PLATAFORMA E TODOS SABEM DISSO!" Alguns conselheiros se manifestaram a favor da proposta, reafirmando a importância da participação presencial nessa escolha/indicação dos nomes para a chapa. Novamente, o conselheiro Ângelo rejeitou a proposta e afirmou que se a Ata fosse anulada, ele retiraria o nome da chapa, atitude e fala acompanhada pela conselheira Vaine que também retirou o próprio nome para a chapa. E assim, foi feita a votação, a Ata foi anulada e foram indicados os nomes das conselheiras: Fansley e Sonia, representando o segmento de usuários. Contudo, havia a necessidade de fazer outra Ata constando a escolha/indicação das duas conselheiras(Fansley e Sonia). A conselheira Rosalina se colocou à disposição para fazer a Ata e, nesse momento, o conselheiro Ângelo se manifestou questionando a capacidade dela para essa tarefa, ou seja, foi novamente desrespeitoso e preconceituoso. O conselheiro Laurito interviu e se dispôs a fazer a Ata, solicitando um computador para realizar a tarefa em tempo hábil para dar continuidade ao processo de eleição da Comissão Executiva do CMS Londrina, foi autorizado e disponibilizado uma sala, computador e impressora para fazer a referida Ata. Mas, durante a produção desta Ata, o conselheiro Laurito solicitou para mim, a conselheira Luciana, que fizesse os registros(fotos) com a câmera fotográfica dele, do processo final da eleição. Durante a realização dos registros(fotos) no ambiente do auditório, especificamente na frente do palco/tablado do auditório, ao me posicionar para fazer um dos registros da Comissão Executiva eleita, na segunda fileira de poltronas e em frente ao

conselheiro *Ângelo* que estava sentado ao lado da conselheira *Joelma*, ouço o conselheiro *Ângelo* falar em tom de voz forte para a conselheira *Joelma*: “Aqueles pessoas que argumentaram sobre a dificuldade com a plataforma, SÃO IMBECIS,” Ao ouvir essa fala desrespeitosa e absurda por parte desse conselheiro, falei para ele: “Eu argumentei sobre a plataforma e não sou imbecil, E se o s.r. continuar sem respeito, vou denunciar para a Comissão de Ética,” Ele repetiu a ofensa e o desrespeito falando pra mim: “IMBECIS”, a CONSELHEIRA *Joelma* acompanhou esse fato desrespeitoso do conselheiro a minha pessoa, em silêncio, por não saber dos fatos ocorridos tanto na reunião on-line(18/07) e, principalmente na reunião presencial do segmento de usuários, realizada no fundo do auditório(23/08).Desde a minha posse como conselheira do CMS Londrina, respeitando a legislação, tendo a responsabilidade e comprometimento com a função que assumi e aceitei, não posso omitir os fatos desrespeitosos, preconceituosos e inadequados praticados pelo conselheiro *Ângelo Barreiros* a mim e as(os) outras(os)conselheiros devem exercer é o respeito, ou seja, o respeito mútuo entre os conselheiros e a qualquer pessoa da população. Diante de todo o exposto, e que certamente será acolhido por essa Comissão, peço e espero que se digne tomar as providências cabíveis. Para maiores informações e sanar dúvidas, estou à disposição. A conselheira **Sônia Silva (UGT)** diz que não estava presente em algumas falas atribuídas, mas a partir do momento que o conselheiro pede desculpas é porque o fato aconteceu. Outra coisa é que em função do senhor *Ângelo* e de toda situação que ocorreu em vista do online e do presencial, ali naquele momento foi solicitado que participasse da eleição e da composição da mesa, na ocasião aceitou, mas não vivenciou todos os eventos relatados na denúncia, mas aceitou o pedido feito na ocasião sem nenhuma intenção de prejudicar quem quer que seja. A conselheira **Vaine Pizolotto (FECAMPAR)** diz que realmente ocorreu uma alteração de humores e uma certa tensão na hora da eleição, até porque na reunião online participaram 17 conselheiros e na presencial 13, ou seja, um número muito menor , e como seu nome foi citado se vê na obrigação de colocar que sua retirada foi em virtude deste estresse causado, pois não concordou com o número de presentes em relação ao número de presentes na reunião online, já que uma de menor proporção é que teve validade, então acabou retirando seu nome primeiro e em seguida o seu *Ângelo* retirou o seu e não o contrário. A conselheira **Luciana Toshie (App Sindicato)** diz que infelizmente teve de fazer esta denúncia por causa da insistência no desrespeito por parte do conselheiro *Ângelo*, participou da reunião online ocorrida, mas acompanhou também no grupo do WhatsApp a manifestação da conselheira *Rosalina* sobre a dificuldade de estar participando, algo que infelizmente não foi possível resolver naquele momento, e, infelizmente, esta outra fala que sempre foi feita aqui por alguns de que sempre foi assim no CMS, é uma falta de respeito e de empatia com os novos conselheiros, e nunca esteve no conselho, este é inclusive o primeiro ano que participa e nem sabia desta plataforma que foi utilizada, tanto que ficou sabendo 30 minutos antes de começar a reunião, sendo que em qualquer decisão as pessoas mais experientes e que tem mais tempo de conselho tem de ter empatia pelo novos que estão chegando, ninguém é dono da verdade e sabe tudo, então é uma forma de respeitar a presença e a permanência dos novos membros dentro do conselho, trata-se de ensino e aprendizagem e uma troca de experiência, ninguém é perfeito e todos podem errar, o *Ângelo* errou, mas acolhe as desculpas dele, só espera que isso não volte a ocorrer novamente, pois errar é humano, mas repetir o erro de forma consciente é inaceitável, essa é uma bandeira que defende, que é a do respeito e entendimento entre as pessoas, pois se alguém quer que o servidor dentro de um estabelecimento atenda bem as pessoas, primeiramente é preciso dar o exemplo, do contrário, não tem como cobrar de outra pessoa, então fica aqui seu registro e espera sinceramente que não tenha de presenciar este tipo de situação, mas fica aqui o agradecimento ao trabalho da Comissão de Ética. A

conselheira **Rosalina Batista (Assempa)** agradece a conselheira Luciana, não sabia que ela tinha encaminhado esta questão. Rosalina prossegue e diz que é uma senhora de 76 anos, mas sabe bem o que faz e o que fala e o que representa. Essa questão de discriminação da pessoa idosa ou da pessoa que muitas vezes não tem uma formação acadêmica, é algo que já sofreu em vários locais, mas não diminui a sua capacidade de entender o que é a lei do SUS e qual o papel que está ocupando aqui no CMS em uma entidade que representa o usuário, claro que a reunião citada teve 17 pessoas, mas não foram 17 entidades, então para escolha eram 17 entidades, se estava 13 ali eram 13 entidades, então quando questionou ninguém precisa concordar, questionou o que estava sentindo, mas o conselheiro é um companheiro que na perda da disputa questionou, mas aceita também as desculpas dele, só espera que isso não se repita, pois não se deve duvidar da capacidade do outro, todos que estão aqui representam um colegiado que faz o SUS acontecer. A conselheira **Nadya Pelizzari (CRP)** diz que achou bem pertinente porque tem a ver com as falas no grupo de WhatsApp, as vezes vai olhar e vê umas mensagens inapropriadas, até de cobranças quanto aos próprios conselheiros, mas cada um sabe o que pode e o que não pode fazer, e outra coisa, se pediu desculpas tudo bem, mas se houver próximas ocorrências entende que deve encaminhar a questão para a entidade para ela se posicionar sobre seus representantes, pois as pessoas estão aqui representando a entidade e precisam ter uma certa postura. O conselheiro **Edvaldo Viana (Conleste)** afirma que pelo que foi exposto, não foi o Ângelo que fez o pedido de desculpas e sim a comissão de ética que decidiu que ele deveria pedir desculpas, que isso fique bem claro, é uma penalidade que a comissão impôs a ele, tanto que a comissão entrou em contato e ele aceitou, mas como ele não poderia estar presente ele fez uma carta assinada para ser apresentada no conselho. **Dando sequência aos trabalhos, o conselho passa ao ponto de pauta “Apresentação da Comissão de Vigilância em Saúde”.** O conselheiro **José (Pastoral da Saúde)** faz a leitura do seguinte relatório: *No dia 24/10/23, nós conselheiros da comissão de vigilância fomos visitar a UBS União da Vitória. Saímos da sede do conselho municipal de saúde rua Maranhão nº 463, às 09h00, encontramos os demais companheiros na UBS por volta das 09h30. Zé motorista, Jurandir, Marcos, Luiz Alfredo, acompanhou também a visita o conselheiro Lincoln. A comissão de Vigilância e Saúde solicitou um carro da secretaria de saúde para realizar a visita, no entanto o veículo não foi concedido. Então os conselheiros Zé motorista, Jurandir e Marcos foram com o carro próprio. Lincoln e Luiz Alfredo se encontraram com os demais na unidade de saúde. Zé motorista, Jurandir, Marcos e Luiz Alfredo entraram juntos na visita. Verificamos alguns problemas na unidade de saúde, como falta de ar-condicionado na sala da farmácia, sendo que é uma exigência devido a temperatura que os medicamentos necessitam e eles precisam de um ambiente fresco, sendo que onde fica está farmácia muitas vezes chega mais ou menos a 28 graus segundo os funcionários. Nas demais salas que passamos também não tinha ar-condicionado. Nos consultórios 1 e 2 não havia pia lavatório, o armário de um consultório estava quebrado. Na odontologia só tem ventilador, o que é proibido segundo informações, não pode ter na sala consultório de odontologia, pois tem que ser ar-condicionado. Na sala de vacinação não tem ar condicionado. Tem uma área que durante a pandemia era utilizada como sala para COVID e hoje está sendo usada para guardar arquivos. Os Pacientes esperam sentados no chão do lado de fora da Ubs, material de limpeza e copos nos corredores, paciente para triagem ficam em pé no corredor, a parede do banheiro tem um quebrado. A UBS União da Vitória precisa de reforma e ampliação, haja visto o que foi relatado pelos servidores, capacidade elétrica e de informática são insuficientes para esta unidade, o posto só tem 3 funcionários terceirizados para fazer a limpeza, 1 funcionário para cada turno, segundo os funcionários o posto precisa de pelo menos 2 funcionários para cada turno, 6 funcionários ao todo. Fica a observação que quando for realizada*

a reforma e ampliação desta unidade de saúde os materiais utilizados sejam mais resistentes à corrosão devido a umidade observada em toda extensão do prédio. O Lincoln, enquanto nós conselheiros da comissão de vigilância fazíamos a vista dentro da unidade de saúde, verificou um bueiro entupido nas proximidades do posto mais ou menos cem metros acima, nem uma rede de água que é conectada com este bueiro que está entupido e ficando água empossada. 29/10/2023. Assinado os conselheiros: Zé motorista, Jurandir, Luiz Alfredo, Marcos e Lincoln. **José (Pastoral da Saúde)** apresenta as fotos que a comissão registrou na visita: [Fotos da Visita](#). **José** afirma que a comissão foi muito bem recebida pela pessoa responsável pelo posto, ela explicou tudo certinho e disse que eles precisam de mais funcionárias na limpeza na UBS. A presidente **Rosilene Machado** explica que a pandemia acabou, o que não acabou foi a epidemia da covid, pois agora se considera endêmico. O conselheiro **José Giuliangeli (Crefito)** diz que trabalha há 6 anos na UBS União da Vitória e essa unidade foi construída na gestão do Cheida, sendo que aquele local é uma área de proteção ambiental, a rocha no local foi implodida e um terreno rochoso com minas foi transformado em uma área plana para construção da UBS. No fundo há uma drenagem de água de minas que escorre todos os dias no muro do fundo do posto e toda água do união 6 que desce da invasão que ainda não tem saneamento básico, desce pela encosta e cai dentro da unidade de saúde, então todo aquele terreno ali recebe rejeitos sanitários da parte superior da unidade de saúde. Do lado direito há duas ocupações irregulares e já foram construídas umas 6 casas que dividem a UBS da área da invasão e todo esgoto sanitário ali é destinado para dentro da água que escorre permanentemente e que é água de nascentes. O banheiro da recepção não tem ralo, então as meninas da limpeza não conseguem fazer a higiene adequada daquele espaço. Outro ponto é que também não tem dimensão para cadeiras de rodas. Outro dia um amigo seu que é engenheiro foi até lá olhar e na frente do posto tem umas ferragens expostas e quando chove forte, ali na sala onde o José falou que usam como arquivo, ali as mulheres da limpeza tem de ficar com baldes recolhendo a água, isso tem um perigo que é o de desmoronamento, e está falando tudo isso porque convive com essa realidade, ali ficou alagado recentemente devido a problemas de obstrução no fundo da unidade e virou praticamente uma lagoa devido às chuvas, há também o risco da leptospirose, e ali naquele local, em março foi anunciada a construção de uma "Upinha", e ouviu isso da boca do prefeito e do secretário Felipe, e também da reforma do União, mas se aquele local está tendo este tipo de problemas é preciso dimensionar aquele território e planejar uma nova unidade de saúde em um local que não esteja em uma área de proteção ambiental e que seja feito urgentemente uma UBS que contemple o merecimento daquela população, pois as condições atuais não são condições humanas para atendimento, se a vigilância sanitária fosse uma entidade privada já teria interditado aquele local. A conselheira **Cirlete Marcondes (Pastoral de Saúde)** questiona se já não está prevista uma reforma para a UBS União da Vitória, sendo que isso até passou pelo conselho em uma reunião anterior. A diretora **Evilin Gorcks (SMS/DPGS)** responde que já há sim o planejamento para reforma e ampliação da UBS União da Vitória, nesta semana o fiscal que acompanha a empresa contratada para elaborar os projetos avisou que a empresa já conseguiu concluir os projetos com as aprovações necessárias dos bombeiros e da Copel, então ele já está fazendo o recebimento destes projetos para encaminhar para pagamento, e já foi encaminhado para a SMO o pedido para iniciar a documentação necessária para documentação, após estes projetos serem entregues, a SMO vai fazer o orçamento e os demais documentos de engenharia necessários para licitação. Este projeto já avaliou todas as necessidades da unidade, inclusive a questão da climatização já está contemplada. O diretor **Cleiton (SMS/DUES)** diz que responde por parte da UBS União da Vitória, pois ela é mista, ou seja, UBS + PA, atualmente estão climatizando algumas áreas de todas as

unidades, e o união está sendo climatizado neste momento, mas vai climatizar a vacina, farmácia e a odonto, isso vai ser feito em todas estas áreas das 54 unidades de saúde. O conselheiro **Lincoln Ramos** diz que a fala do Zezinho de que a unidade foi construída em uma área de proteção ambiental é algo preocupante, então queria saber da gestão se essa informação procede, se isso foi verdade realmente a UBS não deveria estar lá, aí a discussão seria a de buscar outro local que seja adequado a situação. Realmente o local tem uma quantidade absurda de umidade no ambiente, tanto que todas as portas e janelas que tem ferro estão corroídas pelo excesso de umidade, então o ideal é trocar ferro pelo alumínio, são esses cuidados que foram recomendados pela comissão na hora da reforma, mas fica este questionamento sobre a unidade estar em uma área de proteção ambiental, isso tem de ser avaliado e talvez tomar outras medidas. A conselheira **Rosalina Batista (Assempa)** relata que fez parte da busca de recurso para construção da UBS União da Vitória, sendo que na verdade ela é construída numa costa que tem minas. Outro ponto é que é uma unidade 16 horas e que fica muito lotada, o espaço para espera é muito pequeno, então quando está chovendo muito não tem nem lugar para as pessoas ficarem, portanto, vale a pena ver se não tem outro espaço para funcionar 16 horas até que saia a UPA para diminuir o fluxo do local, pois está desumano a forma que a população fica quando está chovendo, não tem lugar para ficar, isso também prejudica os trabalhadores que sofrem muito com a condição atual da unidade. Rosalina questiona como está o processo da unidade Itapoã, pois também tem o problema de ter sido construída em um aterro próximo a um fundo de vale, como este fundo é particular está com um mato enorme, lá é uma escuridão, já foi feito uma reunião pedindo iluminação para que não ocorra tantos furtos de fios, mas o fundo está muito sujo, mato alto e uma escuridão. A presidente **Rosilene Machado (SMS)** diz que pode ser feito um ofício para a Secretaria Municipal de Obras sobre o material a ser utilizado na reforma da UBS União da Vitória, considerando os problemas de umidade do local. Em relação à questão de ser área de proteção ambiental, vai ter de perguntar se isso procede, acredita que não, senão não poderia nem ter casa lá, já que ali virou um bairro, mas pode verificar essa questão junto ao patrimônio e fazer esta discussão posteriormente. Com relação a fala da Rosalina sobre arrumar um lugar enquanto faz o PA da região sul, também pode fazer um ofício para o secretário ver se existe essa possibilidade, embora seja difícil encontrar um espaço dentro do Jardim União da Vitória. A diretora **Evilin Gorcks (SMS/DPGS)** diz que em relação a UBS Itapoã, ela já está em processo de licitação e a abertura de envelopes será no dia 14/12, tramitando esta documentação a SMO vai analisar a documentação das empresas até homologação e viabilização da ordem de serviço, então espera que em janeiro já se tenha a data da ordem de serviço da reforma, lembrando também que tem a previsão da construção do PA 24 horas da região sul, o qual será ao lado da antiga Pavilon. Em relação a questão ambiental não tem conhecimento sobre isso, mas imagina que por ser um projeto novo de reforma e ampliação, a empresa tem de encaminhar para todos os órgãos de aprovação, então acredita que isso seja um crivo, a empresa não pode entregar para a PML um projeto inexecuível, então de alguma forma deve haver esta autorização. **Conselheiro que não se identificou** afirma que o bairro da União foi formado em uma invasão, então fica difícil cobrar agora um local para construção de uma unidade, pois lá não tem como construir outro. O conselheiro **José Giuliangeli (Crefito)** diz que atualmente existe uma política em discussão que é a da regeneração. Ali no território do Jardim União da Vitória são 6 ocupações irregulares, dentre elas a Vila Monster, União 4, União 2, União 3, União 5 e União 6, agora já está saindo o 7, aqueles lugares não constam no IBGE, pois o censo só é feito em locais regulares. Na região está surgindo também um bairro novo que é o "Aparecidinha", tem também o Nova Esperança e no pé da serra tem outro bairro saindo. Dentro da PML existe uma comissão de expansão imobiliária da cidade para

que se possa exatamente ter as áreas institucionais para ter escola, UBS, praças, isso tudo são equipamentos da atenção à saúde, pois saúde vai além do remédio que se entrega no posto, então o que gostaria de propor é que seja feita uma avaliação no território e identificação de um ponto que não tenha impacto ambiental para construção de uma UBS digna e que acolha adequadamente a população, a unidade atual, por mais que passe por uma reforma, pode se tornar no futuro um exemplo do que não pode ser feito em saúde pública e na expansão urbana de uma cidade, tendo em vista a questão da política regenerativa, pois ali tem água contaminada que deveria ir limpa para a boca das pessoas, tanto que 400 metros abaixo da unidade tem um cachoeira magnífica, mas ela está toda contaminada devido aos rejeitos que descem, então que se faça uma reforma, mas já se procure um local para uma nova unidade no União que dê dignidade para aquela população e proteja a natureza. A presidente **Rosilene Machado (SMS)** diz que foram acatadas as recomendações, será feito ofício sobre o que foi apontado e aguardar as respostas para retomar essa discussão. **Na sequência o CMS passa ao ponto de pauta “Apresentação sobre Mortalidade Infantil”**. A enfermeira **Michelle** inicia a seguinte apresentação: **Apresentação Mortalidade Infantil**. A conselheira **Nadya Pelizzari (CRP)** diz que entendeu que, quando é identificado uma gestante de risco existe um plano de cuidado, por exemplo, para uma mãe que é usuária de substância psicoativa qual o plano estabelecido e o que é feito. A enfermeira **Michelle** responde que estas mães geralmente não acessam a UBS, não comparecem nas consultas agendadas, dão trabalho para os profissionais de saúde, então é como se fosse um gato e rato, o oferecimento das consultas e todo plano é feito, mas geralmente elas não colaboram e isso é algo que foge às questões de saúde. **Nadya Pelizzari** questiona se é feita uma busca ativa e quem são os profissionais responsáveis por isso, se tem alguém da saúde mental junto ou apenas a ESF. A enfermeira **Michelle** responde que geralmente a busca ativa é feita pelos agentes comunitários, os auxiliares e enfermeiros também fazem, tentam de alguma maneira conversar com a família e buscar esta gestante para atendimento, e quando envolve drogas elas são encaminhadas para o CAPS e assistência, ou seja, a rede tenta trabalhar, mas é difícil. A conselheira **Vaine Pizzoloto** diz que foi colocado que o Paraná está com 3 classificações de riscos evitáveis, uma na gestação, outra que não lembra e o 3º na assistência, quando este óbito ocorre na assistência, gostaria de saber tem sido feito algum trabalho para melhoria da assistência e se a investigação chega a verificar se houve erro médico, ou seja, como é trabalhada esta situação. Michelle responde que o comitê não tem caráter punitivo, toda a análise feita é para que haja melhorias, sugerindo coisas para esta melhoria, tanto nas instituições hospitalares quanto nas unidades, na medida que é um comitê que os prestadores também participam, quando é identificado um problema de atendimento, geralmente a pessoa que trabalha no local já está na reunião, então ela mesmo reconhece o problema e faz os esclarecimentos, retorna ao ambiente do trabalho dela dizendo o que tem de mudar, o que não pode mais ser feito, como deve ser feito, e quando a instituição não está e precisa ser feito algum apontamento isso é feito também, é uma atribuição do comitê, tentar trazer melhorias para os atendimentos do município como um todo. A conselheira **Rosalina Batista** diz que uma situação que chamou sua atenção é a questão do acesso, hoje com a maternidade municipal totalmente reformada e a maternidade de alto risco do HU, a qual precisa ser reorganizada para o alto risco, pois ele foi inaugurada e já está lotada até para parto intermediário. O que chama atenção é a questão da infecção urinária, isso não é de hoje e talvez seja preciso uma investigação sobre os laboratórios, e uma demanda que tem vindo para a comissão da mulher é a falta de ultrassom. Rosalina questiona como está sendo feita a busca desta gestante que fica na rua. Rosalina cita o caso de uma gestante com pressão alta no Itapoã, que graças ao trabalho da equipe da UBS foi encaminhada para o HU,

ganhou o bebê, o médico a orientou a ir a UBS acompanhar a questão da pressão, mas ela não foi, aí ele teve um problema e foi para o HU quase morta, mas felizmente está em casa cuidando da criança, mas foi uma gestante que a equipe conseguiu, então a Comissão de Saúde da Mulher quer sempre estar acompanhando este assunto. A diretora **Valéria (SMS/DAPS)** diz que a situação da mortalidade materno infantil é bem preocupante, pois é um indicador forte da qualidade da atenção no município, se ela não está baixa o município está pecando e tem de correr atrás do prejuízo. Este ano, antes de discutir a questão junto com todo o comitê, está sendo feita uma discussão com a própria unidade de saúde da paciente, pois a ideia é amarrar bem certinho a vigilância da gestante para não acontecer casos como desta paciente que quase faleceu devido a pressão alta, pois ela não buscou o atendimento conforme orientação, inclusive hoje a gestante já saiu da maternidade com uma consulta agendada na unidade que ela fazia acompanhamento, então é incansável a busca pela melhoria, mas tem algumas pacientes que ainda escapam, o que se observa é que a questão da baixa escolaridade precisa de mais cuidado, pois elas não compreendem o risco que estão correndo, a SMS agenda uma consulta para o alto risco e elas não vão porque já estão fazendo na unidade, pois a UBS continua acompanhando este pré natal mesmo ela indo no ambulatório de alto risco, então é preciso trabalhar isso constantemente com elas. Com relação a moradoras de rua, hoje a SMS tem duas equipes de consultório de rua que elas procuram, tem até um trabalho de implantação do implanon, que é um anticoncepcional que é um dispositivo colocado sobre a pele, para evitar que essa moradora de rua engravide, claro que é algo que ela tem de aceitar e concordar com isso, e as que ficam grávidas é feito pré-natal onde ela for encontrada, se ela quiser ir para algum lugar a equipe leva, mas se ela se negar a consulta completa é feita no próprio local. Em relação a oferta de ultrassom, realmente o número atual não é o que a SMS gostaria, tanto que está tentando contratualizar, a SMS tinha conseguido uma profissional para a Policlínicas para fazer só isso, mas ela não quis, pois não queria bater ponto, infelizmente não se trabalha assim aqui na cidade, pois cada trabalhador tem de registrar seu horário de trabalho e ela não concordou. O conselheiro **José Giuliangeli (Crefito)** diz que recentemente a promotora Susana de Lacerda entrou com uma medida jurídica com relação a essa questão da oferta ultrassom. Zezinho questiona se há uma estratificação sobre qual região da cidade tem o maior número de óbitos. Na região do União há uma unidade mista, PA + UBS, e ali se observa que fica dividido as mães com os bebês fazendo puericultura, mães gestantes fazendo pré-natal e todo tipo de situação de infecções virais e também bacterianas num mesmo ambiente, portanto, gostaria de saber se o município tem feito uma educação em saúde dentro das escolas para prevenir maternidades indesejadas, se o estoque de camisinhas é o adequado, se o acesso ao DIU é adequado e como está o acompanhamento nutricional das gestantes, se há uma campanha dentro da estrutura pública e privada a respeito da importância da saúde destas gestantes lá na empresa, pois as vezes o patrão nem libera a sua funcionária para fazer o pré-natal, e, dentro da atenção primária tem algo mais grave ainda, que é a gestante ir fazer o pré-natal e não darem o atestado médico para ela e por isso ela acaba perdendo o dia, sendo que muitas mães não vão fazer o pré-natal por receio de perder o dia de trabalho, então a saúde tem de intervir com uma campanha maciça com relação a valorização da maternidade, até porque apenas agora em abril foi autorizado que a mulher pode decidir sobre seu próprio corpo para fazer a laqueadura, ou seja, o corpo das mulheres está sendo libertado no século 21. Zezinho questiona também sobre os exames pré-nupciais, pois não se vê nenhum tipo destes exames em Londrina para prevenir má formação, para que os casais façam estes exames antes de acasalar. O conselheiro **Lincoln Ramos (Sindprevs)** diz que duas coisas chamaram sua atenção, a primeira os dados dos óbitos inconclusivos, se são

evitáveis ou não evitáveis, talvez se deva olhar com mais atenção sobre o que está faltando para chegar a uma conclusão sobre este óbito, aí tem estratégia para lidar com esse número que parece bastante significativo. Outro ponto é a questão da busca ativa, pois aí vem a sua mente a questão da falta de recursos humanos, neste caso específico de ACS's, a comissão poderia fazer um levantamento sobre estes profissionais em Londrina e se a cobertura é adequada para atender a demanda da cidade. Lincoln questiona sobre a sala para os ACE's nas UBS's, pois tem pedido sistematicamente que todas as reformas e construções contemplem uma sala para os agentes de endemias que estão sendo incorporados à rede. O conselheiro **Laurito Porto (SEEB)** diz que seria importante saber o que foi cada um dos casos e qual foi a tratativa tomada, pois é preciso saber o que aconteceu e que tratativa tomar, até para o CMS poder cobrar. Uma coisa que sempre fala é sobre a questão das atividades informativas, que material vai ser feito, se tem cartilha, cartaz, hoje tem a questão da internet, será que foi contratado alguém para fazer um vídeo, na outra reunião comentou sobre a OPAS que produz alguns materiais que poderiam ser utilizados na saúde. Em relação às mães com uso de drogas, como está o matriciamento da atividade junto com o pessoal da redução de danos, pois dentro do NASF havia um profissional que fazia o trabalho da redução de danos, mas não sabe se esse profissional foi cortado ou se ainda existe este trabalho. A senhora **Marilice** - assessora da vereadora Lenir de Assis-, relata que existe uma PL da vereadora Lenir de Assis que não fala de números, pois foram procurados por um grupo de mães que fizeram uma conversa com o secretário de saúde, então a Lenir fez uma proposta de um PL chamado "Para Sempre Luna", o qual cria o programa de apoio às famílias enlutadas, estabelecendo procedimentos a serem adotados nos casos de perda gestacional, natimorto e perda neonatal nos serviços públicos e privados de saúde, contratados ou conveniados, que integram o Sistema Único de Saúde - SUS, bem como busca conscientizar e orientar os profissionais de saúde e a sociedade sobre a importância e a sensibilidade do assunto no âmbito do Município, ou seja, é destinado aquelas mães que perderam suas crianças nestas situações e para que elas tenham um atendimento individualizado e com dignidade num momento tão difícil, caso a CML encaminhe ao CMS já fica aqui o pedido de apoio a este projeto. A presidente **Rosilene Machado (SMS)** informa que os questionamentos do Zezinho serão encaminhados para uma discussão mais detalhada na Comissão de Saúde da Mulher. A enfermeira **Michelle (SMS)** diz que tem os dados, mas é algo que está espalhado na cidade, locais onde tem maior número de mulheres em idade fértil é onde tem mais óbitos, ou seja, é proporcional, por exemplo, uma área mais nobre da cidade como a Gleba também tem um grande número, mas aí vai para o lado da má formação, que são aquelas mães que têm os bebês após os 35 anos, então é espalhado, mas este assunto é muito vasto e daria um dia inteiro de conversa, então a Comissão de Saúde da Mulher vai fazer este trabalho e pode fazer esclarecimentos mais detalhados na comissão. O conselheiro **Reilly Aranda (HZN)** diz que devido ao número de pontos de pauta ainda pendentes e o pouco tempo restante de reunião, gostaria de propor que as pautas pendentes sejam remanejadas para uma reunião do CMS na última semana de janeiro, discutindo hoje apenas o parecer do PL devido prazo e o relato do senhor Gildo. O conselheiro **Lincoln Ramos (Sindprevs)** diz que se for para fazer reunião em janeiro os conselheiros devem se comprometer a comparecer, pois historicamente as reuniões de janeiro não costumam ter quórum, por isso geralmente este mês é recesso. Lincoln sugere que a reunião de hoje tenha sua duração estendida para que o senhor Gildo faça sua apresentação. O conselheiro **Geraldo Júnior (HZZ)** afirma concordar que a pauta da saúde mental fique para janeiro, mas gostaria de questionar que foi ele mesmo que propôs a pauta da saúde mental, mas era para explicar e trazer ao pleno qual a função dos leitos de saúde mental em hospital geral e o fluxo acordado na rede, falar das potencialidades e os

ganhos que tiveram com estes leitos e as dificuldades existentes, no entanto, surgiu uma pauta onde a Cláudia falaria da rede de saúde mental, claro que concorda que é um trabalho em rede, inclusive foi um dos ganhos, mas permanece com seu pedido para falar da característica dos leitos de saúde mental em hospital geral. A diretora **Claudia Denise (SMS)** diz que a apresentação conta com uma parte específica dos leitos gerais e do fluxo e rede de urgência. O conselheiro **Geder Harami (CREF)** diz que tomou conhecimento de um PL que era para ser encaminhado parecer do CMS até o dia 23/12, mas foi para o e-mail do CMS e retornou porque a caixa postal estava cheia, então gostaria de saber se pode ser feita a aprovação deste PL aqui ou não. O conselheiro **Reilly Aranda (HZN)** diz que se der tempo sim. Reilly coloca em votação a proposta para remanejamento das pautas “Apresentação de Saúde Mental” e “Apresentação da Valorização dos Profissionais” para a reunião no dia 31 de janeiro. O CMS aprova a proposta. O conselheiro **Lincoln Ramos (Sindprevs)** sugere que a reunião seja feita de forma híbrida para garantir o quórum. **O CMS aprova que a reunião ordinária do dia 31/01 seja feita de modo híbrido. Dando sequência aos trabalhos, o conselho passa ao ponto de pauta “Análise e Parecer do Projeto de Lei nº 170/2023 da CML”.** A conselheira **Cristiane (CRESS)** inicia dizendo que a Comissão de Saúde da Mulher recebeu esta demanda, fez uma reunião online no dia 04/12 e emitiu o seguinte parecer: *Parecer da Comissão de Saúde da Mulher. Londrina, 04 de dezembro de 2023. Na reunião da Comissão de Saúde da Mulher, realizada no dia 04/12/2023, às 14h00, em formato on-line, analisamos o projeto de Lei 170/2023- “Programa Empresa Amiga da Saúde da Mulher”, encaminhada pela Câmara Municipal de Vereadores. Após a discussão e a análise de todas as conselheiras presentes, definimos que o PL apresentado está muito vago em relação à proposta, apenas com a solicitação e não apresentando como será realizado a operacionalidade desta demanda, como, por exemplo, a metodologia para a busca da informação e coleta de dados para identificar a efetividade do programa proposto. Entendemos também que a Câmara de Vereadores não tem a responsabilidade e competência de criar demandas de serviço para a Secretaria Municipal de Saúde como proposto no Art 2º do projeto de Lei, onde se lê:” Art.2º A Secretaria Municipal de Saúde de Londrina acompanhará as ações sociais das empresas que aderirem ao “Programa Empresa Amiga da Saúde da Mulher”, no que concerne ao número de mulheres atendidas anualmente.” Reconhecemos que a Secretaria Municipal de Saúde já disponibiliza os serviços e realiza campanhas especiais para a realização do exame de mamografia. Além da SMS de Londrina não ter a competência e a responsabilidade dessa demanda junto ao sistema privado de saúde, ou seja, dos planos de saúde corporativos conveniados às empresas dos empregadores. Desta forma, o parecer desta Comissão é Não Favorável ao projeto de lei 170/2023. Comissão de Saúde da Mulher Conselho Municipal de Saúde de Londrina.* A conselheira **Rosalina Batista (Assempa)** diz que a avaliação da comissão a respeito do acesso à mamografia, o serviço tem, mas tem empresa que se a mulher pede atestado para poder ir na UBS, e isso está acontecendo também em empresas terceirizadas que estão prestando serviço em órgãos públicos, elas perdem todo o benefício que elas têm de receber durante aquele mês que ela trabalhou, isso não cabe a CML, o projeto é muito vago, pois não se pode delegar mais serviço para a SMS acompanhar uma situação, então essa foi a análise da comissão. O conselheiro **Laurito Porto (SEEB)** diz que o parecer fala que vai colocar uma demanda maior para a SMS, mas não vê desta forma, pois a maioria dos planos de saúde dos trabalhadores conquistados nas convenções coletivas, na maioria dos casos não tem a questão do atendimento para obstetrícia, então ela entra na empresa, é colocada no plano em grupo e muitas vezes nem sabe o que tem, principalmente quando a empresa é pequena, então muitas vezes a mulher já faz este atendimento na SMS, quando acontece um problema relacionado a saúde

do trabalhador não tem nada lá porque não foi feito a atualização cadastral e vão falar que ela não trabalha e está lá simplesmente como do lar, então já acontece esse trabalho, agora, ter a perspectiva de um selo que não é algo que está dando uma isenção de impostos, que não é um incentivo tão bom, você abrir mão de alguma coisa para um serviço e dar um selo que ela está fazendo o papel dela de ajudar na questão da saúde , a seu ver é algo válido , não está ampliando mais nada de serviço. A presidente **Rosilene Machado (SMS)** coloca que o PL fala que o segmento é pela SMS, mas como é que a SMS vai avaliar essa empresa, com que recursos humanos, de que forma, isso que está muito vago na verdade. O conselheiro **Laurito Porto (SEEB)** diz que o CMS tem falado muito sobre recusa ou não recusa dos PL's, mas não está fazendo propostas de artigos sobre o PL, com as correções e sugestões necessárias, pois neste caso o projeto em si é válido. A presidente **Rosilene Machado (SMS)** diz que até entende a fala do Laurito, mas a CML está mandando as coisas muito em cima da hora, muitas vezes as comissões não têm o conhecimento jurídico, por isso foi discutida a questão de pedir ajuda de algumas universidades nestas análises , pois para estudar o projeto e dar uma recomendação é preciso mais tempo, já que o CMS não é um grupo técnico de profissionais com assessoria e uma equipe multiprofissional, então foi essa a dificuldade que a comissão teve. O conselheiro **Laurito Porto (SEEB)** lembra que não se trata do conselheiro e sim da entidade, muitas entidades do CMS tem advogado e poderia utilizar essa consultoria nestas questões, já na questão do tempo isso pode ser conversado com a CML sobre a devida celeridade, então às vezes está se dando muitas desculpas de um problema e não se procura soluções.

O conselheiro **José Giuliangeli (CREFITO)** diz que o próprio nome do projeto “ Empresa amigo da mulher” já está num machismo , mas mesmo que fosse “amiga”, se um empresa não for amiga de uma mulher , será que esses caras foram chocados em incubadora, será que o pessoal que está fazendo este projeto entende que está se falando de corpos de mulheres que merecem o respeito de poder ir fazer seus exames e ter direito de faltar no trabalho sem desconto na folha de pagamento, um projeto como esse é violar o próprio corpo das mulheres e identidade delas, então o que pensa é que a comissão não deve apoiar este tipo de iniciativa , até porque se trata de vício de iniciativa, o município não tem a mínima condição estrutural de ir lá dar suporte e apoio dentro das empresas neste aspecto, mas é uma lei nacional de proteção a mulher e uma obrigação, se tivermos de aprovar uma lei municipal que valorize a mente e os corpos da mulheres e suas famílias, onde é que estamos vivendo. Zezinho diz que tem de haver uma regra que quando a mulher for no posto fazer um exame, o médico já tem de dar atestado para ela, pois ela só pega uma declaração da enfermagem, se o médico não avaliar ele não dá atestado, então tem de criar um protocolo para que a gestante tenha atestado para que possa faltar. O conselheiro **Lincoln Ramos (Sindprevs)** diz que vício de origem em um PL é quando já existe uma lei maior que trata do assunto, mas não sabe se a comissão verificou essa questão. Outro ponto é que está se falando que a CML está sendo muito genérica, mas o CMS também está sendo em sua resposta, então todo detalhamento possível deve ser colocado, o exemplo citado pela Rosalina tem de estar citado no documento, além de todos mais que forem lembrados, particularmente concorda que a resposta não deve ir desse jeito, mas é preciso colocar todos os porquês e entrelinhas no parecer. Lincoln diz que é importante verificar a origem do PL, dependendo da origem a CML pode sim legislar sobre demanda nova no serviço de saúde, desde que indique a fonte de onde vai sair o dinheiro, com essas ressalvas concorda com a fala da comissão. A conselheira **Rosalina Batista** (Assempa) diz que o documento chegou muito em cima da hora, até por isso a reunião da comissão foi online, então que se peça um prazo para poder analisar melhor o projeto, aí a comissão pode até se sentar e discutir com a SMS, pois as comissões estão muito mal assessoradas e não estão tendo respaldo

da executiva para encaminhar os documentos. O conselheiro **Reilly Aranda (HZN)** diz que já foi pedido prorrogação do prazo, era o dia 11/12 e eles deram até a próxima terça-feira. A conselheira **Rosalina Batista (Assempa)** responde que então deve-se encaminhar este parecer e depois a CML pode vir ao conselho esclarecer melhor o PL, pois está muito vago. **O CMS aprova o parecer apresentado pela Comissão de Saúde da Mulher. Na sequência o conselho passa ao ponto de pauta “Relato do Srº Gildo - Comuniaids”.** O senhor **Gildo** inicia dizendo que sempre foi pela vida e lá em Cascavel, sabendo dessa pandemia que se iniciou há 40 anos, começou uma pesquisa, com seu hábito de ler e escrever, e 10 anos depois socorreu várias vítimas de AIDS/HIV em Cascavel, que contavam para o trabalhador, para o pai, o pai descia o facão, funcionário contava para o patrão e este o demitia. Aqui em Londrina está há 25 anos e participa de grupos, ongs, foi tendo mais conhecimento e vendo como é a realidade, as pessoas entram em pânico, pois AIDS e HIV é um vírus que se conhece desde o século 19, mas devido ao capitalismo selvagem tomou-se providencia quando iniciou-se as vítimas, com preconceito sobre a África e sobre o homossexualismo, aí se espalhou por meio de viagens, comércio, militares, a primeira vítima foi um marinheiro inglês, depois em 1972 um soldado português, depois em 1973 uma brasileira, então os efeitos colaterais mostram nas vítimas o porquê e de onde vem, que é por causa das condições africanas desumanas e no corpo das vítimas a perda de massa muscular, foi só disseminando e até hoje um marketing que impregnou-se em todo o mundo, o medo e o pânico da AIDS, é uma síndrome imunológica adquirida, o HIV é normal no símio e é 70% compatível com o corpo humano, mas devido as relações sexuais e falta de higiene, por isso também várias doenças sexualmente transmissíveis, na sua pagina josegildomatias na internet é possível encontrar seu trabalho sobre o assunto. Outra questão importante seria Londrina disponibilizar novos medicamentos mais úteis, inclusive percebeu pacientes com frequência no CID que tem até medo de entrar lá, já até disse numa reunião aqui neste conselho que o CID precisa de uma reforma, tem pessoas que não conseguem andar e tem dificuldade de acessar o local, inclusive uma funcionário gastou do bolso e comprou um espelho e colocou lá, pois não tem as precauções adequadas sobre AIDS/HIV dizendo que é “Peste Gay”, algo injusto, era uma peste oriunda das péssimas condições humanas na África, o que faltava era um projeto como do Bill Gates que está sendo feito ultimamente e como a ong do Sir Elton John que cuida das pessoas que tem AIDS/HIV, algo que deveria ter sido feito desde que surgiu a pandemia nos anos 50, mas fala sempre isso para eles, pois tem contato tanto com o Bill Gates como com o Sir Elton John, para que olhem para o Brasil e façam um projeto aqui, e recebe frequentemente contato deles e sempre fala que Londrina é uma grande exemplo pelo que faz, mas o CID precisa de um projeto, de um elevador, que facilite o acesso das pessoas que tem dificuldade para andar, e acompanhou várias pessoas que não ficam na cidade para esconder a realidade, acompanha nos hospitais também, pessoas de classe média manda ir até ao banco, mas o seu trabalho está todo na internet para quem quiser procurar, trabalhos para a saúde e alimentação, que ajudam muito a superar a AIDS e outras doenças também. O conselheiro **Lincoln Ramos (Sindprevs)** propõe que a Comissão de Acesso ao SUS faça uma visita ao prédio do CID citado pelo senhor Gildo, pois há muito tempo vem se cobrando melhorias naquela estrutura. Outra questão é ver qual comissão poderia estar discutindo a questão dos novos medicamentos e se é possível incluir os mesmos no rol do programa de AIDS/HIV do município. A presidente **Rosilene Machado** afirma que as duas demandas serão encaminhadas para a Comuniaids. O conselheiro José Giuliangeli (Crefito) diz que os últimos dados apontam 400 mil novos casos de HIV no Brasil, trata-se de um número alarmante e assustador, então o conselho poderia visar uma ação para retomar o programa de educação sexual dentro das escolas, logicamente no nível de educação que seja compatível para estes adolescentes

serem preparados para a vida de relacionamento sexual, que não se deixe falta de jeito nenhum os preservativos dentro de uma UBS, pois se faltar camisinha, se falta orientação, se faltar educação continuada, vai se gastar com coquetel, com alta complexidade, com graves lesões, com todos os tipos de complicações oriundas do não controle da infecção do HIV. A diretora **Claudia Denise (SMS)** diz que em relação a acessibilidade no CID, o prédio ainda está sendo usado em parte pela 17ª RS, que sinalizou que vai sair de lá no próximo ano, com isso vai facilitar os consultórios virem para o térreo e conseqüentemente isso vai melhorar a acessibilidade, mas ele precisa ser desocupado para poder fazer todas as adequações, uma delas é a instalação de um elevador para acessibilidade, o elevador atual é de carga, então tem de trocar para um que possa ser utilizado pelos usuários, pois têm de trocar todo o equipamento e mudar a entrada, mas é algo que está sinalizado. Em relação aos medicamentos, tudo aquilo que o ministério disponibiliza para o tratamento é oferecido no serviço. Em relação ao preservativo, como é o estado que fornece e às vezes acontece um desabastecimento, o município passou a adquirir, tanto que as unidades de saúde tem dispensers, até para que não tenha problema de constrangimento ao solicitar tanto o masculino quanto o feminino, então a Comuniaids junto com o serviço foram buscando esta estratégia para facilitar estes acessos, mais para frente talvez seja possível ser mais objetivo em relação hoje ao prédio do CID, hoje há uma limitação clara por ele estar no andar de cima e ele é todo com escada. A conselheira Lazara Rezende (CRO) diz que foi estabelecido uma meta pela OMS, uma delas é 95% dos pacientes estarem usando a medicação de forma correta para chegar em carga detectável, o Brasil já alcançou esta meta, então Londrina contribui para isso, a grande maioria dos pacientes tem acesso a medicação gratuita pelo SUS, nenhum medicamento para tratar AIDS ou controle de HIV é comprado, tanto como para fazer prevenção, o PEP e PREP é tudo distribuído pelo SUS, e o serviço tem até a medicação para as doenças oportunistas ocasionadas pela AIDS. Em relação a acessibilidade no prédio, está em negociação e já se avançou vários pontos. Em relação a educação em escolas, é um assunto muito delicado, pois hoje não se pode entrar, isso cabe a secretaria de educação, a SMS não pode entrar de forma aleatória dentro de uma escola, então tem trabalhado nas universidades com protagonismo juvenil e nos cursos técnicos de enfermagem, pois são alunos de maior idade, adolescente e crianças não pode, isso cabe a secretaria de educação. **Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta “Apresentação e Aprovação de Destinação de Saldo de Recursos para Compra de Equipamentos- Resolução SESA nº 1.010/2021”.** A diretora **Evilin Gorcks** inicia a seguinte apresentação: **Apresentação Resolução. Não havendo questionamentos, o conselho aprova a resolução. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta “Informes”.** O conselheiro **José Giuliangeli (Crefito)** informa que hoje 13/12 é o dia nacional da pessoa cega, e, como deficiente visual há 30 anos, quando lhe foi conferido a permissão de estar aqui como representante do CREFITO e trabalhador, de fato sabia da sua responsabilidade enquanto pessoa com deficiência dentro do CMS, e aí, quando hoje falava sobre os exames pré-nupciais, dentro da questão da convenção internacional dos direitos da pessoa com deficiência, está previsto o direito à saúde sexual reprodutiva da pessoa com deficiência, e quando fala de pré-nupcial está dizendo a respeito de prevenir as deficiências, no seu caso ficou deficiente num acidente de carro e salta os números de pessoas vitimadas no trânsito de Londrina, então como deficiente visual por uma trauma no trânsito, estar cego é um atributo e que a diversidade humana, a igualdade, o respeito e a dignidade, tem de estar previsto em todas as áreas da população, por isso gostaria de dizer que hoje é um dia de muita reflexão de como andam as políticas públicas para atenção à saúde da pessoas com deficiência para quebrar todas as barreiras que são colocadas à frente das pessoas que têm algum tipo de deficiência visual, e ,

tendo em vista a data, agradece a oportunidade de ter sua voz aqui representando o CREFITO. O conselheiro **Adelson Júnior (Hospital Vida)** agradece a todos que ficaram até o final desta que é a última reunião do ano, que Deus abençoe a todos e um feliz natal e um feliz ano novo. A conselheira **Rosalina Batista (Assempa)** informa que participa também do Conselho Estadual da Mulher e tem participado de um trabalho de um grupo que avalie a questão do câncer no município e a mobilização para criação dos conselhos municipais da mulher, pois pela primeira vez se tem uma política da mulher articulada, tem o ministério da mulher e agora tem a Secretaria de Estado da Mulher, foi criado o fundo e está se trabalhando para ser igual o SUS, para o município receber o recurso tem de fazer isso também, e Londrina recebeu esta semana 210 mil reais repassado fundo a fundo, pode ser pouco, mas para uma política nova é preciso parabenizar, pelo menos uma luta das mulheres em manter a secretaria da mulher e o conselho funcionando e a cidade tem uma rede, pois graças a isso Londrina preencheu os requisitos. No dia 02 e 03 de abril a reunião do CEM vai ser em Londrina. O conselheiro **Laurito Porto (SEEB)** informa que no dia 27/11 participou da avaliação do Hospsus do HU e da ISCAL, por isso mandou um relato para a executiva dos pontos principais, mas o principal é a questão que o na avaliação o item que menos pontuou foi o da humanização, então entende ser preciso fazer uma conversa com os conselheiros estaduais de Londrina e tentar levar este debate para o CES, pois como se pode pensar no cuidado do paciente, e quando vai se pontuar no contrato as atividades de humanização para estas pessoas que vão lá para o atendimento, eles pontuam pouco, é preciso uma pontuação melhor para a responsabilidade que é, já que se briga tanto para se ter um trabalho humanizado, acolhimento, visão do ser humano, então é preciso ter esse cuidado na avaliação de contrato para que esse item tenha uma pontuação melhor. O conselheiro **Lincoln Ramos (Sindprevs)** sugere que a questão do Laurito seja encaminhada para alguma comissão. Não havendo mais assuntos a reunião é encerrada. *Conselheiros presentes: Rosilene Machado (SMS), Joelma Carvalho (17ªRS), Pilar Soldório (Sindserv), Lincoln Ramos e Silva (Sindprevs), Alessandro Rodrigues (Sindsaúde), José Juliangeli (Crefito), Nadya Pellizari (CRF), Cristiane Zimmer (CREES), Ana Paula Gracindo (CRESS), Geder Harami (CREF), Lázara Resende (CRO), Nobuaki Hasegawa (Hoftalon), Lediani Mian (HCL), Adelson Júnior (Hospital Vida), Ana Paula Cantelmo (Iscale), Rita Domansky (HU), Reilly Aranda (HZN), Geraldo Guilherme (HZS), Edvaldo Viana (Conleste), Marco Butarello (Conleste), Vaine Pizolotto (Fecampar), Cirlete Pelegrinelli (Pastoral da Saúde), José Aparecido dos Santos (Pastoral da Saúde), Rosalina Batista (Assempa), Adriane Loper (Consaslon), Luciana Sumiwaga (APP Sindicato), Eunice Miyamoto (CUT), Laurito Porto (SEEB) Custódio do Amaral (Unimol), Sônia de Oliveira Silva (UGT).* *Conselheiros que justificaram sua ausência: Carlos Felipe Marcondes Machado (SMS), Maria Lúcia Lopes (17ª RS), Marco Modesto (Sindserv), Ester Massae Dalla Costa (CRF), Rúbia Izaltina dos Santos (HEL), Vivian Feijó (HU), Fansley Cristina Silva (Aucto), Vavá (Consaslon), Adriana Gonçalves de Oliveira (Assuel), Carlos Choji Kotinda (CUT), Jurandir Pinto Rosa (Sindnapi), ngelo Barreiros (Unimol), Gislaine Dias Elias (Amicas), Rita de Cássia Barbosa (Amicas).* *Conselheiros Ausentes: Luis Alfredo Gonçalves (Sindprevs), Roberto da Silva Rodrigues (Sindsaúde), Manoela Germinari (HCL), Ana Paula Viotto (Fecampar), Isabela Cunha (Aucto), Alexandre Casanatto (Assuel), Regina Ferreira de Souza (SEEB), Arvelino Gomes (Sindnapi), Jonathas Dias de Moura (UGT).* Esta ata foi digitada pelo servidor Anderson Luiz Oliveira Silva e após aprovação será assinada pela presidência do Conselho Municipal de Saúde de Londrina.

Ata aprovada na 353ª Reunião Ordinária de 31/01/2024.

Rosilene Aparecida Machado
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Londrina



Documento assinado eletronicamente por **Rosilene Aparecida Machado, Presidente do Conselho Municipal de Saúde**, em 02/02/2024, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11978884** e o código CRC **04D040DE**.

Referência: Processo nº 60.034156/2023-84

SEI nº 11978884